



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

Demonstrações financeiras de
30 de junho de 2025





Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balanco patrimonial	8
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Demonstração consolidada dos recursos de consórcios	14
Demonstração consolidada de variações nas disponibilidades dos grupos	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



Relatório de Administração em 30 de junho de 2025

HS Administradora de Consórcios LTDA.

Prezados,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da HS Administradora de Consórcios Ltda. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

O primeiro semestre de 2025 foi um período de notável sucesso e consolidação para a HS Administradora de Consórcios Ltda. A empresa demonstrou um desempenho operacional excepcional, superando consistentemente suas metas de vendas em todos os meses de janeiro a junho. Este vigoroso crescimento culminou na contemplação de um volume expressivo de R\$ 1,5 bilhão em cartas de crédito entregues aos clientes, evidenciando a robustez de nossas operações e a confiança do mercado. Desde a sua fundação, a HS Consórcios reafirma seu papel de destaque no setor, alcançando a marca histórica de R\$ 9,4 bilhões em créditos totais liberados, reforçando nosso compromisso com o desenvolvimento econômico e a realização dos objetivos de nossos consorciados. A sinergia com o Grupo Herval continua a fortalecer nossa posição de liderança, impulsionando a inovação e a excelência no atendimento.

Desempenho Operacional - Vendas (janeiro a junho de 2025)

O período compreendido entre janeiro e junho de 2025 foi caracterizado por um desempenho de vendas acima das expectativas, com todas as metas estabelecidas sendo consistentemente superadas mês a mês. Este resultado reflete a eficácia de nossas estratégias comerciais, a dedicação de nossa equipe de vendas e a crescente demanda por soluções financeiras flexíveis e seguras oferecidas pela HS Consórcios. A superação contínua das metas em um cenário de mercado dinâmico demonstra a capacidade da empresa de se adaptar e capitalizar oportunidades, mantendo um ritmo de crescimento sustentável e robusto. A performance positiva em vendas é um indicativo claro da saúde operacional da companhia e de sua habilidade em atrair e reter clientes, reforçando a base para futuras expansões.

Destaques Financeiros e Operações de Crédito (janeiro a junho de 2025)

No que tange aos aspectos financeiros e às operações de crédito, o primeiro semestre de 2025 foi igualmente expressivo. A HS Administradora de Consórcios liberou um volume impressionante de R\$ 1,5 bilhão em cartas de crédito contempladas para seus clientes durante este período de seis meses. Este montante não apenas representa um marco significativo para o semestre, mas também sublinha a capacidade da empresa de gerar valor e concretizar os sonhos de milhares de consorciados. Ao longo de sua trajetória, desde a fundação em 18 de outubro de 1993, a HS Consórcios tem desempenhado um papel fundamental na economia, e os resultados deste semestre



contribuíram para elevar o montante total de créditos entregues (liberados) para a cifra de R\$ 9,4 bilhões. Este valor acumulado, conforme também é destacado no Relatório de Administração - Exercício Findo em 31/12/2024, que menciona que a empresa já havia entregado mais de R\$ 9 bilhões em cartas de crédito contempladas até aquele ponto, demonstra a solidez, a credibilidade e a escala das operações da HS no mercado de consórcios. A eficiência na gestão dos recursos e a agilidade nos processos de contemplação e liberação de crédito são pilares que sustentam a confiança de nossos *stakeholders*.

Considerações Finais / Perspectivas

O excelente desempenho alcançado pela HS Administradora de Consórcios no primeiro semestre de 2025 estabelece um sólido alicerce para o restante do exercício. O cenário atual, impulsionado pela resiliência do mercado de consórcios e pela busca contínua dos consumidores por alternativas de planejamento financeiro, favorece nossa estratégia de crescimento. Para o próximo período, a empresa manterá seu foco na inovação de produtos, na otimização dos processos operacionais e no aprimoramento constante da experiência do cliente. Continuaremos a capitalizar as sinergias com as demais empresas do Grupo Herval, fortalecendo nossa posição competitiva e expandindo nossa participação de mercado. As perspectivas para o segundo semestre de 2025 são otimistas, com o compromisso de sustentar o ritmo de crescimento, superar novos desafios e continuar gerando valor para todos os nossos consorciados, colaboradores e acionistas.

Após revisão detalhada dos dados contábeis, conclui-se que os relatórios representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da companhia, bem como o resultado de suas operações. As práticas contábeis adotadas estão em conformidade com as normas vigentes e os princípios contábeis geralmente aceitos. Não foram identificadas inconsistências que comprometam a integridade das informações apresentadas. Diante disso, a Direção da empresa aprova as demonstrações financeiras referente ao período findo em 30 de junho de 2025 para todos os fins legais e administrativos.

Atenciosamente.

Dois Irmãos, 24 de setembro de 2025.

A Administração.



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria e Quotistas da
HS Administradora de Consórcios Ltda.
Dois Irmãos – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HS Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Apresentação dos valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores na Resolução BCB nº 352/2023 do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda
CRC-034519/O

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'H. F. Maduro', written over a light blue horizontal line.

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC-1SP291892



Balanço patrimonial em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	2025
Ativo		
Circulante		190.175
Disponibilidades	5	23
Instrumentos financeiros		102.622
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5 e 7	102.622
Outros Ativos		87.530
Rendas a receber		498
Taxa de administração a receber		2.880
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(563)
Diversos	8	84.715
		878.539
Ativo Não Circulante		878.539
Instrumentos financeiros		227.076
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	7	227.076
Outros Ativos		646.367
Taxa de administração a receber		5.276
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(5.097)
Diversos	8	643.656
Impostos diferidos	25.2	2.532
		2
Investimentos		1.994
Imobilizado	10	4.234
Imobilizado de uso		(2.240)
Depreciação acumulada		3.100
Intangível	10	4.083
Intangível		(983)
Amortização acumulada		
Total do Ativo		1.068.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balanço patrimonial em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	2025
Passivo		
Circulante		80.509
Outras obrigações		80.509
Sociais e estatutárias		344
Fiscais e previdenciárias	11	13.832
Recursos não procurados	12	382
Receita antecipada	13	25.953
Comissões a pagar	14	34.982
Outras Obrigações	15	5.016
Exigível a longo prazo		380.007
Outras obrigações		380.007
Receita antecipada	13	173.195
Provisão para contingências	16	1.444
Impostos diferidos	25.2	205.368
Patrimônio líquido	17	608.198
Capital social	17.1	30.000
Reservas de lucros	17.2	572.198
Reservas legais	17.3	6.000
Total do passivo e patrimônio líquido		1.068.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado
Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma for indicado)

	Notas	2025
Receitas da intermediação financeira		16.583
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18	16.583
Outras receitas (despesas) operacionais		157.855
Receitas de prestação de serviços	19	336.800
Despesas de pessoal	20	(19.722)
Outras despesas administrativas	21	(109.498)
Despesas tributárias	22	(50.562)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	23	837
Resultado operacional		174.438
Resultado antes dos impostos		174.438
Lucro antes do IR e da contribuição social		174.438
Imposto de renda e contribuição social	25.1	(59.408)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(34.134)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(25.274)
Lucro líquido		115.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval



Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	2025
Lucro líquido do semestre	115.030
Total resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	<u>115.030</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Especial de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		30.000	6.000	457.168	-	493.168
Ajustes iniciais na adoção da resolução 352/2023		-	-	-	-	-
Saldos em 1 de janeiro de 2025		30.000	6.000	457.168	-	493.168
Lucro líquido		-	-	-	115.030	115.030
Destinação para reserva especial de lucros	17.2	-	-	115.030	(115.030)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		30.000	6.000	572.198	-	608.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	174.438
Ajustes ao lucro líquido	
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(492)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.306
Depreciação e amortização	474
Lucro líquido ajustado	175.726
Variações nos ativos e passivos	(236.083)
Títulos e valores mobiliários	(131.259)
Taxa de administração a receber	(1.150)
Outros créditos	(120.156)
Outras obrigações	7.712
Fiscais e previdenciárias	8.695
Receita antecipada	37.354
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.279)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(60.357)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:	
Aquisição de imobilizado de uso	(2.065)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.065)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(62.422)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	82.791
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	20.369
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(62.422)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval



Demonstração consolidada dos recursos de consórcios Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	2025
Ativo		
Circulante		1.851.117
Disponibilidades		236
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.850.881
Outros créditos		4.068.039
Direitos a consorciados contemplados	3.3.2	4.058.889
Bens retomados ou devolvidos		9.132
Cheques e outros valores a receber		18
Compensação		101.564.795
Previsão mensal de recursos a receber	3.3.3	179.610
Contribuições devidas ao grupo	3.3.4	51.413.184
Valor dos bens ou dos serviços a contemplar	3.3.5	49.972.001
Total do ativo e compensação		107.483.951
Passivo		
Circulante		5.919.156
Outras obrigações		5.919.156
Obrigações com consorciados	3.3.6	3.096.600
Valores a repassar	3.3.7	332.597
Obrigações por contemplações a entregar	3.3.8	1.727.404
Obrigações com a administradora		170
Recursos a devolver a consorciados	3.3.9	596.672
Recursos dos grupos	3.3.10	165.713
Compensação		101.564.795
Recursos mensais a receber de consorciados		179.610
Obrigações do grupo por contribuições		51.413.184
Bens ou serviços a contemplar		49.972.001
Total do passivo e compensação		107.483.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração consolidada de variações nas disponibilidades dos grupos

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	2025
Disponibilidades no início do semestre	1.647.724
Depósitos bancários	3.363
Cheques em cobrança	37
Aplicações financeiras do grupo	118.382
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.525.942
(+) Recursos coletados	1.864.368
Contribuições para aquisição de bens	1.357.861
Taxa de administração	352.996
Contribuições ao fundo de reserva	14.278
Rendimentos de aplicações financeiras	91.262
Multas e juros moratórios	2.801
Prêmios de seguros	9.461
Custas judiciais	764
Reembolso de despesas de registro	14.347
Outros	20.598
(-) Recursos utilizados	(1.660.956)
Aquisição de bens	(1.258.312)
Taxa de administração	(356.356)
Multas e juros moratórios	(1.433)
Prêmios de seguros	(9.319)
Devolução a consorciados desligados	(6.509)
Despesas de registros de contrato	(14.507)
Outros	(14.520)
Disponibilidades no final do semestre	1.851.135
Depósitos bancários	236
Cheques em cobrança	18
Aplicações financeiras do grupo	123.477
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.727.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A HS Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), controlada pela Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda., tem como objeto social a prestação de serviços na formação, na organização e na administração de grupos de consórcios de bens móveis duráveis, imóveis e serviços; com sede na Rodovia BR 116 KM 224, Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul.

Cujas participações na data das demonstrações são as seguintes:

Controladores	País	2025 Direta
Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda.	Brasil	99,20%
Cotistas pessoas físicas	Brasil	0,80%

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

A Instituição, em conformidade com o disposto no Art. 102 da Resolução BCB nº 352/2023 segue sem apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes ao período do ano de 2025 relativamente aos anos anteriores.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 24 de setembro de 2025.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Entre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Instituição é o Real, sendo que os saldos das demonstrações financeiras estão apresentados em milhares de reais.

3.2 Da Administração

3.2.1 Apuração dos resultados

A partir de 01 de janeiro de 2023 entra em vigor a Resolução BCB nº 120/2021 (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente), modificando a forma de reconhecimento da receita de taxa de administração de grupos de consórcios, bem como, as despesas vinculadas a cada cota do grupo, as quais, passam a ser diferidas e apropriadas mensalmente pelo plano da cota.



O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência e refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado.

A administradora passou a diferir os movimentos de antecipação e lance que compõem a receita com taxa de administração de acordo com a obrigação de desempenho (plano da cota), pelo regime de competência "pro rata temporis".

Conforme Instrução Normativa BCB 187/21, as despesas com comissão sobre venda das cotas de consórcio passaram a ser reconhecidas pelo regime de competência "pro rata temporis" considerando o plano da cota, sendo registradas no ativo como despesa antecipada e apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

3.2.2 Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

3.2.3 Instrumentos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, estabelece os critérios para a classificação, mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros, introduzindo uma abordagem baseada no modelo de negócios da instituição e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. De acordo com a resolução os instrumentos financeiros são classificados da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – O ativo gerido dentro de modelo de negócios que não se enquadra na classificação a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao custo amortizado, é reconhecido na Demonstração do Resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - O ativo gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, e os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos são constituídos apenas por pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. - O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos são constituídos apenas por pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo devem ser classificados de acordo com o seu nível de hierarquia:

Nível 1 – Valor justo baseado em preços cotados no mercado ativo. O mercado ativo é onde os ativos são negociados com frequência e volume suficiente, permitindo a formação contínua de preços baseados em transações reais.

Nível 2 – Se aplica quando não há preços cotados em mercados ativos (nível 1). Valor justo pode ser baseado em preços cotados de instrumentos semelhantes no mercado de ativos, preços cotados de instrumentos financeiros que podem variar ao longo do tempo ou quando as informações são avaliadas pelo mercado de balcão, ou quando os preços são formados a partir de premissas divulgadas no mercado como curvas de juros, volatilidades, *spread* de crédito, etc.

Nível 3 – Valor justo baseado em dados não observáveis no mercado, que exigem estimativas e premissas internas frequentemente usadas quando não há dados de mercado disponíveis.

3.2.4 Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável.



3.2.5 *Imobilizado e Intangível*

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens.

3.2.6 *Ativo e passivo circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos, até a data do balanço. Não existem valores prefixados que justifiquem o ajustamento a valor presente.

3.2.7 *Imposto de renda e contribuição social corrente*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 sobre o exercício (R\$ 120 ao semestre) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no período, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3.2.8 *Imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

A diferença temporária surge quando a receita ou a despesa está incluída no lucro contábil em um período, mas vai ser incluída no lucro tributável em um período diferente.

O ativo e passivo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

Os valores apresentados referem-se à provisão de 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial.

3.2.9 *Ativos, passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios da Resolução nº 3.823/2009 descritos abaixo.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização, sobre as quais não existem mais recursos.

Passivos contingentes - são reconhecidos na demonstração financeira, quando embasados em opinião de assessoria jurídica, os processos judiciais e/ou administrativos considerados como provável risco de perda, e mensurados com suficiente segurança, ou seja, provável saída de recursos para liquidação das obrigações, são reconhecidos em resultado. Passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível são divulgados apenas em notas explicativas, não sendo reconhecidos em resultado. Perdas de probabilidade remota, não requer divulgação em demonstrações financeiras.



3.2.10 *Estimativas e provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito*

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as melhores práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas e utilize julgamentos para contabilizar determinados ativos, passivos e transações divulgadas nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão divergir das estimativas inicialmente reconhecidas. As estimativas contábeis críticas são essenciais para produzir a melhor informação possível sobre os resultados e a posição patrimonial, mesmo considerando a subjetividade, complexidade e incertezas inerentes:

<u>Estimativa</u>	<u>Nota Explicativa</u>
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	9.1
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16

3.2.11 *Reservas legais*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

3.3 Dos grupos de consórcios

3.3.1 *Disponibilidades e aplicações financeiras*

Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinações das Circulares nº 3.432 e 3.524 do Banco Central do Brasil. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa, e seus rendimentos líquidos são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

3.3.2 *Direitos dos consorciados contemplados*

Demonstram os valores a receber a título dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços. Em 30 de junho de 2025, o valor dos direitos dos consorciados contemplados é R\$ 4.058.889.

3.3.3 *Previsão mensal de recursos a receber de consorciados*

Refere-se à previsão de recebimentos de contribuições de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de Administração e do prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2025, o valor da previsão mensal de recursos a receber é R\$ 179.610.

3.3.4 *Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições*

Demonstram as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços. Em 30 de junho de 2025, o valor das contribuições devidas ao grupo é R\$ 51.413.184.

3.3.5 *Valores e bens ou serviços a contemplar*

Representam o valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no valor dos bens nas datas dos balanços. Em 30 de junho de 2025, o valor de bens e serviços a serem contemplados é R\$ 49.972.001.

3.3.6 *Obrigações com consorciados*

Correspondem aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para aquisição de bens, os quais são atualizados com base no valor dos bens nas datas dos balanços. Em 30 de junho de 2025, o valor das obrigações com consorciados é R\$ 3.096.600.



3.3.7 *Valores a repassar*

Registram os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelo grupo relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros. Em 30 de junho de 2025, os valores a repassar totalizam R\$ 332.597.

3.3.8 *Obrigações por contemplações a entregar*

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidas da respectiva remuneração. Em 30 de junho de 2025, os valores das obrigações por contemplações a entregar totalizam R\$ 1.727.404.

3.3.9 *Recursos a devolver a consorciados*

Registram o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes ou excluídos, relativo às contribuições de fundo comum, devidamente atualizado, deduzido de multas, quando aplicável. Em 30 de junho de 2025, o valor dos recursos a devolver a consorciados é R\$ 596.672.

3.3.10 *Recursos dos grupos*

Correspondem aos recursos dos grupos de consórcios a ser rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formados pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas a contemplação, multa, juros e outros valores retidos. Em 30 de junho de 2025, o valor dos recursos do grupo é R\$ 165.713.

3.3.11 *Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos*

3.3.11.1 *Recursos coletados*

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, do fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

3.3.11.2 *Recursos utilizados*

Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de administração.

3.3.12 *Novas normas e mudanças nas principais políticas contábeis*

3.3.12.1 *Instrução Normativa BCB nº 219/2022 e nº 352/2023*

A Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 estabelece os conceitos e critérios que devem ser observados pelas administradoras de consórcios e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil aplicáveis a instrumentos financeiros, definindo critérios para a classificação, mensuração, reconhecimentos, baixas de instrumentos financeiros, e constituição de provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito.

A Instituição está se adequando às exigências da Resolução BCB nº 219/2022 e da Instrução Normativa BCB nº 352/2023, que entram em vigor em 2025. As mudanças incluem o desenvolvimento e testes de metodologia para cálculo de perdas esperadas nos grupos de consórcios, além de ajustes nos sistemas como a inclusão de um novo módulo sistêmico que suporte as necessidades para atendimento à norma, revisão de controles internos e processos operacionais, treinamento interno para as equipes cuja unidade de negócio será impactada.

Os principais impactos estão relacionados a ampliação dos instrumentos financeiros sujeitos a provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito, efeito na contabilização das cotas contempladas e não quitadas, assim como ajustes na baixa de ativos por perda de crédito. Anteriormente à Resolução BCB 352 o provisionamento estava focado em cotas inadimplentes, com a nova norma todas as cotas, inclusive as



adimplentes com risco potencial, serão avaliadas pelo modelo de perdas esperadas, portanto, serão provisionados valores mesmo para cotas ainda não vencidas, caso aumente o risco de inadimplência. As cotas contempladas que ainda não foram quitadas irão receber uma análise mais criteriosa para provisão, pois mesmo que um consorciado tenha sido contemplado, se houver sinais de risco de crédito, a administradora irá provisionar uma perda esperada maior. A baixa contábil de cotas inadimplentes será diretamente vinculada às novas regras de provisionamento, considerando as garantias associadas a cada operação.

3.3.12.2 Instrução Normativa BCB nº 390/2024

A Resolução BCB nº 390 de 12 de junho de 2024 trata sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – Cosif pelas administradoras de consórcio e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, alterando a estrutura do elenco de contas e requisitos de uso desse padrão contábil a serem observados por estas entidades.

A Resolução BCB nº 390 possui prazo de vigência escalonado, onde, a partir de 1º de julho de 2024 entra em vigor as alterações relacionadas às restrições de uso de rubricas contábeis conforme autorização institucional, a partir de 1º de janeiro de 2025 entra em vigor as regras sobre a escrituração contábil incluindo os níveis de agregação, e por fim, a alteração no que se refere à limitação máxima de níveis terá sua vigência completa em 1º de janeiro de 2030.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC para os exercícios encerrados em 30 de junho de 2025 que não foram aplicadas. Normas iniciadas em períodos após vigência do encerramento do semestre de 30 de junho de 2025 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.3.12.3 Art. 102 da Resolução BCB nº 352/2023

O artigo 102 da Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 dispensa as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades corretoras de câmbio, as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A Instituição adotou a disposição prevista no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/2023 de não apresentar as informações comparativas de períodos anteriores nas demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2025.

4 Resumo das operações de consórcios

No que se refere aos grupos de consórcios, prestamos as seguintes informações, em unidades:

	2025
Grupos administrados	273
Consoiciados ativos	326.569
Desistentes e excluídos	310.109
Inadimplentes contemplados	8.649
Inadimplentes não contemplados	12.995
Bens entregues a consorciados	58.797
Bens pendentes de entrega	15.268
Percentual de inadimplência contemplados	2,76%
Percentual de inadimplência não contemplados	4,09%

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025
Disponibilidades	23
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	20.346
Total	20.369



6 Aplicações interfinanceiras de liquidez - Grupos de consórcios

Em 30 de junho de 2025, os grupos de consórcios possuem somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, estão representados por aplicação em fundo de investimento referenciado DI, atendendo aos critérios da Resolução BCB 285/2023e não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

Grupos de consórcios		2025
Fundos de investimento ⁽ⁱ⁾	Sem vencimento	1.850.881
Total		1.850.881

(i) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.



Grupo Herval



7 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado

7.1 Composição por tipo de instrumento e prazo de vencimento

	Sem vencimento	1 a 3 meses	4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado	Marcação a mercado
<u>Custo amortizado</u>						
Letras de câmbio (ii)	-	-	-	73.206	73.206	73.206
CDB pós-fixado (iii)	-	20.346	26.923	153.224	200.493	200.493
CDB automático (iii)	-	-	-	265	265	265
CDB fundo diário	53.781	-	-	-	53.781	53.781
Total ativo financeiro custo amortizado	53.781	20.346	26.923	226.695	327.745	327.745
<u>Valor fusto por meio de resultado</u>						
Fundos de investimento (i)	1.953	-	-	-	1.953	1.953
Total ativo financeiro VJR	1.953	-	-	-	1.953	1.953
Circulante	55.353	20.346	26.923	-	102.622	102.622
Não Circulante	381	-	-	226.695	227.076	227.076

- (i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.
- (ii) As aplicações em letras de câmbio são valorizadas pelo rendimento mensal do papel aplicado, e as quotas de fundos de investimento estão valorizadas pelo valor da quota divulgado pelo administrador do respectivo fundo na data do balanço, indexados ao CDI.
- (iii) CDB Pós-Fixado é um título de renda fixa cuja rentabilidade está atrelada a um índice econômico, como o CDI, e é ajustada periodicamente de acordo com a variação desse índice. O CDB Automático é um tipo de CDB que reinveste automaticamente o saldo disponível no investimento.

Herval

Grupo Herval



7.2 Hierarquia de valor justo

A classificação dos instrumentos financeiros de acordo com os níveis de valor justo definidos pela Resolução BCB 352 é apresentada a seguir:

Instrumento Financeiro	Valor Justo	Nível da Hierarquia
Fundos de investimento abertos	1.953	Nível 1
Letras de câmbio	73.206	Nível 2
CDB pós-fixado	200.493	Nível 2
CDB automático	265	Nível 2
CDB fundo diário	53.781	Nível 2
Total	329.698	

8 Outros créditos diversos – Administradora

	2025
Direitos por adiantamento a corretores ⁽ⁱ⁾	16.065
Impostos a recuperar	5.002
Devedores e créditos diversos	745
Outros	1.104
Direitos por adiantamento a terceiros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.444
Comissões a apropriar ⁽ⁱⁱ⁾	704.011
Total	728.371
Circulante	84.715
Não Circulante	643.656

(i) Direitos por adiantamento a corretores: é constituído por valores de adiantamento aos corretores da operação de consórcios;

(ii) Comissões a apropriar: Atendendo a Resolução BCB nº120/21, a partir de 01/01/2022 as comissões sobre vendas de cotas de consórcio estão sendo registradas no ativo como despesas antecipadas A Instrução Normativa BCB 187/21 revogou a Carta Circular 2.598/95 do BACEN, assim, a despesa de comissão decorrente comercialização de cotas, é apropriada ao prazo da cota do cliente. Conforme política contábil descrita na nota nº 3.2.1 e os impactos da rerepresentação podem ser acompanhados na nota nº2.1.

(iii) Refere-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora para composição de saldos quando do encerramento do Grupo e da liquidação das obrigações deste.

9 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Em atendimento à Resolução BCB nº 352, de 30 de novembro de 2023, a Instituição reconhece contabilmente a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em critérios, metodologias e estimativas consistentes com os princípios estabelecidos pela regulação vigente.

A provisão corresponde a uma estimativa das perdas potenciais relacionadas aos ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, considerando a probabilidade de inadimplência, a exposição no momento da inadimplência e a perda estimada em caso de inadimplência. São abrangidos por essa provisão os créditos vinculados a participantes inadimplentes dos grupos de consórcio, os recursos aplicados de grupos não encerrados em instituições financeiras e demais contas a receber que estejam sujeitas a risco de crédito.

A Instituição adota modelo simplificado de apuração da perda esperada, utilizando abordagem baseada na classificação das exposições como não problemáticas ou problemáticas. A mensuração é realizada com base em informações históricas, dados internos da carteira, características das operações e fatores macroeconômicos relevantes, em conformidade com a materialidade e complexidade da carteira de ativos financeiros.

A provisão para perdas esperadas é reconhecida no resultado da Instituição na data-base de cada balanço. São realizadas revisões periódicas nos modelos e premissas adotadas, com o objetivo de assegurar a aderência às práticas prudenciais determinadas pelo Banco Central do Brasil.

9.1 Provisão para perdas esperadas de crédito

No Semestre findo em 30 de junho de 2025, o saldo acumulado da provisão encontra-se registrado no grupo de Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, conforme demonstrado nesta nota explicativa. A Instituição manterá o acompanhamento sistemático da evolução da carteira, promovendo ajustes

Herval

Grupo Herval



tempestivos nos modelos e estimativas em resposta a mudanças na conjuntura econômica ou nos níveis de risco observados.

9.2

Impactos da Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023

	2025	
	Não Problemáticos	Problemáticos
Carteira Imóvel		
Provisão para perda associada ao risco de créditos CP	32	182
Provisão para perda de associada ao risco de créditos LP	-	2.497
Carteira Veículos		
Provisão para perda associada ao risco de créditos CP	42	307
Provisão para perda de associada ao risco de créditos LP	-	2.600
Total Geral		5.660
Circulante		563
Não CirculanteP		5.097

10 Ativo Imobilizado de Uso e Intangível

10.1 Composição do Ativo Imobilizado de Uso e Intangível

10.1.1 Imobilizado de Uso

	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos	Total
Custo	456	1.280	2.498	4.234
Depreciação Acumulada	(322)	(812)	(1.106)	(2.240)
Saldo contábil líquido em 30/06/2025	134	468	1.392	1.994

10.1.2 Intangível

	Software	Software em andamento	Total
Custo	1.995	2.088	4.083
Amortização Acumulada	(983)	-	(983)
Saldo contábil líquido em 30/06/2025	1.012	2.088	3.100

10.2 Movimentação do Ativo Imobilizado de Uso e Intangível

	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos	Software	Software em andamento	Total
Saldo inicial em 01/01/2025	155	538	703	1.015	1.092	3.503
Aquisições	-	21	833	215	996	2.065
Baixas	(2)	-	2	-	-	-
Depreciação/amortização	(19)	(91)	(146)	(218)	-	(474)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 30/06/2025	134	468	1.392	1.012	2.088	5.094

A Instituição deprecia o ativo imobilizado e amortiza o ativo intangível pelo método linear, com base nas taxas determinadas de acordo com a vida útil econômica estimada de cada bem, conforme demonstrado a seguir:



Taxa Anual de Depreciação/Amortização

Veículos	20%
Móveis, utensílios e ferramentas	10%
Equipamentos de Informática	20%
Software	20%

11 Fiscais e previdenciárias

	2025
IRPJ e CSLL Correntes	5.413
Impostos, contribuições e provisões sobre salário	4.617
Pis e Cofins	2.067
ISSQN	1.324
Outros tributos	411
Total	<u>13.832</u>

12 Recursos não procurados

Referem-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados, cujos consorciados não foram localizados ou não solicitaram o resgate até a data dos balanços, o montante de R\$ 382 em 30 de junho de 2025 refere-se a grupos encerrados anterior a Lei nº 11.795/2008. A Instituição não incide taxa de cobrança sobre os saldos apresentados nos períodos findos em 30 de junho de 2025.

13 Receita antecipada

	2025
Receita de prestação de serviços ⁽ⁱ⁾	199.148
Total	<u>199.148</u>
Circulante	25.953
Exigível a longo prazo	173.195

(i) De acordo com a resolução BCB 120/21, a qual dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio, orientando a observância do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A taxa de administração de grupos de consórcios, bem como, as despesas vinculadas a cada cota do grupo, passam a ser diferidas e apropriadas mensalmente pelo plano de cada grupo, conforme política contábil descrita na nota nº 3.2.1 e os impactos da reapresentação podem ser acompanhados na nota nº2.1.

14 Comissões a Pagar

Refere-se ao saldo de comissões a pagar a corretores de consórcio, proveniente das vendas efetivadas, no montante de R\$ 34.982 em 30 de junho de 2025.

15 Outras obrigações diversas - Administradora

	2025
Fornecedores e credores diversos	2.896
Provisão para pagamentos a efetuar	1.062
Outras obrigações diversas	1.058
Total	<u>5.016</u>



16 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

16.1 Administradora

A Instituição, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos sobre questões trabalhistas e cíveis. Com base nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais em andamento, a Instituição constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações conforme demonstrado abaixo. Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R\$ 3.150 em 30 de junho de 2025.

Natureza	<u>Prováveis</u> <u>2025</u>
Cível	699
Trabalhista	<u>745</u>
Total	<u>1.444</u>

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01/01/2025	707	1.229	1.936
Adições/Atualizações	54	263	317
Reversões/Pagamentos	<u>(16)</u>	<u>(793)</u>	<u>(809)</u>
Saldo em 30/06/2025	<u>745</u>	<u>699</u>	<u>1.444</u>

16.2 Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados, referentes a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes desses processos são cobertos pelos recursos desses grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, os processos judiciais com probabilidade de perda possível envolvendo os cotistas dos grupos de consórcios, em 30 de junho de 2025, são no valor de R\$ 4.620.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital da sociedade é R\$ 30.000 composto de 30.000.000 quotas, pertencentes inteiramente a quotistas domiciliados no País, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizado.

17.2 Reservas de lucros

Representa montantes transferidos da conta lucros acumulados, para futura incorporação ao capital social, distribuição de lucros, compensação de prejuízos ou outras destinações, a critério da Administração da Administradora.

O lucro líquido, na proporção da participação de cada sócio, terá a destinação que os sócios lhe derem em deliberação tomada em reunião, pela maioria do capital social. Até a elaboração das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2025 os sócios não propuseram distribuição de lucros do exercício e de rendimentos acumulados. O saldo da reserva de lucros em 30 de junho de 2025 é R\$ 572.198.

17.3 Reservas Legais

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2025 é R\$ 6.000.



18 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2025
Rendas de certificados de depósito bancário	11.576
Renda de aplicações – LC	4.885
Rendas de aplicações F.TOP	122
Total	16.583

19 Receita de prestação de serviços

	2025
Rendas taxas de administração de consórcios ⁽ⁱ⁾	336.800
Total	336.800

- (i) De acordo com a resolução BCB 120/21, a qual dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio, orientando a observância do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A taxa de administração de grupos de consórcios, bem como, as despesas vinculadas a cada cota do grupo, passam a ser diferidas e apropriadas mensalmente pelo plano de cada grupo, os impactos da reapresentação podem ser acompanhados na nota nº2.1.

20 Despesas de pessoal

	2025
Proventos	(11.392)
Benefícios	(4.647)
Encargos	(3.680)
Outras despesas de pessoal	(3)
Total	(19.722)

21 Despesas administrativas

	2025
Despesas com comissão ⁽ⁱ⁾	(86.990)
Outras despesas	(7.127)
Serviço de terceiros	(4.884)
Despesas de propaganda	(3.259)
Despesas com feiras e eventos	(2.336)
Despesas de processamento de dados	(1.418)
Despesas com autenticações e cópias	(1.281)
Despesas de aluguel	(944)
Despesas de transportes	(698)
Depreciação e amortização	(474)
Despesas de comunicação	(87)
Total	(109.498)

- (i) Atendendo a Resolução BCB nº120/21, a partir de 01/01/2022 as comissões sobre vendas de cotas de consórcio estão sendo registradas no ativo como despesas antecipadas. A Instrução Normativa BCB 187/21 revogou a Carta Circular 2.598/95 do BACEN, assim, a despesa de comissão decorrente comercialização de cotas, é apropriada ao prazo da cota do cliente. Conforme política contábil descrita na nota nº 3.2.1 e os impactos da reapresentação podem ser acompanhados na nota nº2.1.

22 Despesas tributárias

	2025
COFINS	(29.253)
ISSQN	(7.547)
PIS	(6.315)
COFINS Diferido	(6.119)
PIS Diferido	(1.328)
Total	(50.562)



23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025
Outras provisões ⁽ⁱ⁾	492
Multas e juros recebidos	1.577
Outras receitas (despesas) operacionais	74
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(1.306)
Total	837

(i) Em Outras provisões estão contemplados: provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários; provisão para premiações; e demais provisões operacionais aplicadas ao negócio da Administradora.

24 Transações com partes relacionadas – Administradora

2025	Ativo	Passivo	Resultado
Aplicações em letras de câmbio			
HS Financeira S.A.	73.206	-	4.886
Outros valores			
HS Financeira S.A.	-	3	-
Global Distr. de Bens e Consumo	15	1.146	-
HS Movere Transporte e Logística Ltda.	-	3	-
Herval Indústria de Móveis	-	51	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 31. A instituição não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício

	2025
Resultado antes dos impostos	174.438
Alíquota fiscal combinada	34%
Base de cálculo	(59.309)
(Adições) exclusões permanentes	
Diferenças temporárias de provisões	(40.392)
Outras exclusões (adições)	40.095
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rouanet, outros)	198
IR e CS no resultado do exercício	(59.408)
Corrente	(34.134)
Diferido	(25.274)

25.2 Imposto diferidos

25.2.1 Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2025, o ativo e passivo fiscal diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada semestre/exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Demonstrado conforme abaixo:

	2025
Apuração	
Outras provisões	47.373
CPC 47 - Res.BCB 120	(507.360)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.444
Base de cálculo	(458.543)
Alíquota fiscal IRPJ	(114.636)
Alíquota fiscal CSLL	(41.269)
Saldo ativo (passivo) fiscal diferido	(155.905)
Saldo ativo fiscal diferido	2.532
Saldo passivo fiscal diferido	(158.437)



	2025	
Base de cálculos IR e CS diferidos	IRPJ	CSLL
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.444	1.444
CPC 47 - Res.BCB 120	(507.360)	(507.360)
Outras provisões	47.373	47.373
	<u>(458.543)</u>	<u>(458.543)</u>
Base de cálculo		(458.543)
Alíquota nominal	25%	9%
Saldo ativo (passivo) fiscal diferido	<u>(114.636)</u>	<u>(41.269)</u>

25.2.2 PIS e COFINS diferidos

	2025
PIS diferido	(8.343)
COFINS diferido	(38.588)
Saldo passivo fiscal diferido	<u>(46.931)</u>
Total Geral dos Impostos Diferidos	<u>(202.836)</u>
Total Geral dos Impostos Diferidos (Ativo)	2.532
Total Geral dos Impostos Diferidos (Passivo)	(205.368)

26 Limite de alavancagem - Administradora

Em 30 de junho de 2025, a Instituição se encontra de acordo com o limite de alavancagem estabelecido na Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil.

27 Limite de imobilização – Administradora

Nos termos da Circular nº3.524/11, o Ativo Permanente das administradoras de consórcios não pode ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 30 de junho de 2025 a Instituição apresenta um grau de imobilização de 0,84%.

28 Eventos Subsequentes

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 24 – Evento Subsequente, que tem como objetivo determinar que a Instituição ajuste as demonstrações contábeis em relação aos eventos subsequentes ao período contábil a que se refere, a Administração avaliou os eventos ocorridos após a data de encerramento do semestre e até a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis, em 29 de agosto de 2025, não ocorreram eventos subsequentes que requeiram divulgação adicional ou ajustes nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2025.
